

CORONELISMO E CORONÉIS: PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS EM DISCUSSÃO E AS DISTINTAS EXPRESSÕES REGIONAIS

FERNANDO ANTÔNIO DE OLIVEIRA BROD¹; JONAS MOREIRA VARGAS²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – fernando_brod@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – jonasmvargas@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Abordar-se-á no presente trabalho uma discussão teórica acerca das diferentes produções historiográficas que permeiam a construção do Coronelismo, estrutura característica do período da Primeira República brasileira (1889 – 1930), valorizando, desta forma, sua organização político-social, bem como suas especificidades teóricas, delimitando a pesquisa aos diferentes coronéis gaúchos. Ademais, introduz-se o debate de acordo com as produções de Victor Nunes Leal, percebendo o coronelismo como “(...) um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente senhores de terra”, (LEAL, 2012, p.44).

Considerando a estrutura supracitada, percebe-se que no Estado do Rio Grande do Sul existiram diferentes dinâmicas internas pertinentes às atividades dos coronéis. Desta maneira, Loiva Félix foi responsável por apresentar-nos o caráter caudilhesco dos coronéis serranos, herdado do período Imperial e incorporado à ideologia castilhistaborgista, suas práticas coercitivas e de cooptação. (FÉLIX, 1996, p.45-105). Diferentemente, Joseph Love advoga a favor do caráter burocrático de determinados coronéis gaúchos, os quais, mesmo não sendo os maiores detentores de terras ou capital econômico, eram contemplados pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) devido sua obediência às normativas impostas. (LOVE, 1975, p.84).

Por fim, como objetivo último desta pesquisa, almeja-se delinear algumas das características marcantes do coronelismo na região sul do Estado gaúcho, analisando, por conseguinte, a trajetória social, econômica e política do coronel Pedro Luís da Rocha Osório, na cidade de Pelotas, destacando, portanto, suas convergências com as construções apresentados, bem como suas especificidades, percebidas através das diferentes mídias do período.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa se fundamenta através de uma revisão bibliográfica pertinente à historiografia que compõe o tema do Coronelismo, destacando suas características estruturais, além da abordagem de sua expressão regional no Estado do Rio Grande do Sul. Através do debate conceitual proposto é possível delinear as características dos diferentes coronéis gaúchos, havendo também a possibilidade de destacarmos suas similaridades e diferenças. Outrossim, o estudo de caso proposto se usufrui da análise de diferentes fontes primárias, caracterizadas pelas mídias do período, exploradas de forma digital em razão à pandemia do novo coronavírus. Portanto, almejando mapear as atividades político-econômicas, bem como o prestígio social, do coronel Pedro Osório, pôde-se realizar a pesquisa nominal deste na plataforma da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, referenciando-nos majoritariamente pelas citações do jornal ‘A

Federação', órgão oficial do Partido Republicano Riograndense (PRR) no Estado. Ademais, utilizou-se a sequência histórica do 'Almanaque Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial', do Rio de Janeiro, entre os anos de 1907 à 1938, visando observar a expansão ou deflação dos negócios do coronel em análise. Por fim, enquanto líder local do PRR e vice-presidente do estado entre julho de 1903 à março de 1907, quando renunciou seu cargo após divergências com o presidente do Estado, Borges de Medeiros, (ABUCHAIM, 2013, p.90-113), foi possível perceber sua acentuada atividade política através do índice de cartas passivas do Inventário do Arquivo Borges de Medeiros, respectivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no qual se contabilizou todas as correspondências do coronel ao presidente do Estado entre os anos de 1898 à 1927, além de registrarmos as principais palavras-chave da correspondência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão proposta consiste, introdutoriamente, em analisar a estrutura do coronelismo em si, baseando-nos pelos critérios adotados por Victor Leal, podemos destacar que esse sistema só existiu devido ao fato político da instituição da República em 1889, ampliando o poder público conseqüentemente, e o enfraquecimento dos mandões locais, que mantinham em suas terras o controle patriarcal de seus apadrinhados e dependentes, neste sentido, os antigos coronéis do Império perceberam a necessidade da manutenção de seus interesses através da manipulação do aparato público ao longo da Primeira República. Tem-se por implícito a capacidade desses coronéis de arregimentarem os votos em suas redes clientelistas de acordo com seu interesse, promovendo o dito *voto de cabresto*, prática que, como expõe Leal, era amplamente utilizada, uma vez que a população agrária em situação de dependência no Brasil, no censo de 1940, aproximava-se dos 90,12%. (LEAL, 2012, p.43-74).

Outrossim, Maria Janotti parece sintetizar de forma satisfatória a teia de compromissos que envolve os coronéis e a máquina pública estadual, esta que

"(...) 'garante para baixo o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos', enquanto 'o coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos'. No terceiro vértice, 'os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento por parte deste de seu domínio no estado.'" (JANOTTI, 1981 apud AXT, 2007, p.89)

Considerando a distribuição dos cargos públicos, cabe-nos destacar a importância dos cargos de delegado e subdelegado, em razão à sua capacidade coercitiva, bem como o de juízes e coletores de impostos, agentes que poderiam afetar diretamente os interesses de determinado coronel, considera-se então que "(...) o controle do cargo público é mais importante como instrumento de dominação do que como empreguismo", (CARVALHO, 1997, p.237).

Direcionando o lócus para as questões regionais, pode-se destacar as principais construções historiográficas da região sul riograndense. Neste sentido, referenciando-nos por Joseph Love, temos a tese do "coronel burocrata", agente que, dependente do situacionismo político de seu Estado, cumpre as normativas partidárias impostas com obediência e segue a cláusula mais importante destas relações, a "(...) lealdade incondicional aos líderes partidários", (LOVE, 1975, p.84-85), pois, somente através desta, haveria a possibilidade da manipulação do aparato público e da concessão de cargos. Conseqüentemente, tal lealdade

assegurava, em parte, a supremacia da máquina republicana, junto aos poderes legais obtidos através da constituição gaúcha, uma vez que o presidente do Estado tinha “(...) o controle dos assuntos partidários em nível local, através de coronéis leais exclusivamente a ele; [e] a capacidade dos coronéis de mobilização dos votos em seu distrito” (Ibid, p.82).

Em contrapartida, Loiva Félix parece valorizar o caráter caudilhesco dos coronéis serranos do Planalto Médio, compreendendo o *caudilho* como um detentor de terras e líder militar, em períodos de conflito, além de ser uma chefe civil carismático, em períodos de paz, responsável por uma larga clientela, tornando-se também, a partir da segunda metade do século XIX, mediador político e chefe eleitoral. (FÉLIX, 1996, p.53-57). A autora indica que a ideologia castilhistaborgista, representada pelo Partido Republicano Riograndense, fomentou o caráter caudilhesco de coronéis locais em prol de seu apoio político, havendo “(...) uma adequação do positivismo-castilhismo às condições preexistentes de mando local, assentado numa prática autoritária”. (GENRO, 1980, p.101 apud FÉLIX, 1996, p.77). Por fim, ela destaca as práticas da coerção, possíveis através da distribuição de cargos da chefia de polícia, em decorrência dos quais poderia se dar as perseguições políticas, bem como a forma que se instrumentalizou a cooptação política, através de discursos, eventos e das próprias mídias oficiais do partido. (Ibid, p.133-148).

Ademais, ao empreendermos o estudo de caso do Coronel Pedro Luís da Rocha Osório, na região sul do Rio Grande, nota-se que este se destacou enquanto chefe político local, desde a morte de Piratinino de Almeida em dezembro de 1899. Logo, seu êxito se expressa ao alcançar a vice-presidência do Estado em 1903, na qual manteve-se até 1907, após divergências com o presidente, e líder máximo do PRR, Borges de Medeiros. Durante o período, nota-se sua intensa relação política, através da análise do Índice Passivo de Cartas do Arquivo Borges de Medeiros, no qual se registrou 82 cartas do coronel à Borges, sendo 37 dessas relativas ao período da vice-presidência, debatendo-se, majoritariamente, questões de “Política Regional”, do “Município” e do “PRR”. (IHGRS, 1898-1927). Destaca-se aqui que, diferentemente da proposta de “coronel burocrata”, incapaz de contestações em razão de sua obediência, Pedro Osório, apesar de sua lealdade, não concordava com práticas autoritárias adotadas por Borges de Medeiros, “entretanto, [Medeiros] nunca interferiu em Pelotas, não ousando contestar a liderança de Pedro Osório...” (VIEIRA, 2004 apud ABUCHAIM, 2013, p.82). Finalmente, cabe-nos destacar que o prestígio do coronel rompia a esfera local e estadual, tendo seus interesses defendidos pelo senador Pinheiro Machado, importante figura da política gaúcha (CORONEL..., 1895, p.2).

Por fim, enquanto empresário, foi nacionalmente conhecido como “Rei do Arroz”, (O QUE..., 1912, p.2), sabe-se que foi um empresário de sucesso, iniciando seus negócios em 1886 ao se dedicar à indústria charqueadora capitalista, juntando-se ao Coronel Alberto Rosa em 1889 em torno da parceria comercial “Pedro Osorio & C.”, a qual foi responsável pela aquisição de diversas charqueadas. (ABUCHAIM, 2013, p.37-80). Da mesma forma, a partir de 1907 inicia seus experimentos na prática da rizicultura, indústria na qual irá se consagrar, tanto em razão das inovações tecnológicas importadas quanto pela expansão considerável da sua produção. (Ibid, p.115-189). Além de tais êxitos, Pedro Osório foi responsável pelo estabelecimento de escolas e moradias dentro de suas terras, além de proporcionar o mínimo de salubridade a seus trabalhadores, (Ibid, p.79), podendo-se perceber esta prática como um possível artifício característico da cooptação política, uma vez que as relações clientelistas pressupõem auxílio

mutuo. (ARRUDA, 2013, p.11-14). Neste sentido podemos concluir que, sobretudo, Pedro Osório foi um empresário gaúcho destacado, fato que expressa seu caráter marcadamente capitalista, aproximando-nos da afirmação de Loiva Félix de que com o desenvolvimento das relações comerciais, os votos se tornaram “mercadoria negociável” (FÉLIX, 1996, p.87).

4. CONCLUSÕES

Visando concluir nosso debate é pertinente destacarmos que o estudo aqui proposto não é capaz contemplar todas expressões coronelistas da região sul do Estado gaúcho, entretanto, cabe-nos delinear certas características, considerando o caso do coronel Pedro Osório, torna-se evidente que a prática coronelista e o seu avanço socioeconômico mantiveram certa sintonia, possibilitando-nos levantar a hipótese de uma prática coronelista de caráter empresarial-capitalista. Portanto, neste sentido, há também a necessidade de se explorar os diferentes artifícios utilizados na cidade de Pelotas, por seus diferentes coronéis, mas, de qualquer modo, as benesses promovidas pelo coronel em suas terras, como escola, moradia e etc., nos atentam para a possibilidade da cooptação política através do bem-estar social destes trabalhadores que, segundo o censo apresentado por Victor Leal, possivelmente pertencem ao grupo de 90,12% de trabalhadores e dependentes agrícolas dos grandes proprietário no Brasil, os quais, visando a proteção do coronel, auxiliam-no em seus interesses políticos. (LEAL, 2012, p. 55-56)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUCHAIM, V. R. **O tropeiro que se fez rei**. Porto Alegre: Gráfica Mosca Ltda., 2013.
- ALMANAQUE Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. **Sequência Histórica de Pelotas (1907 – 1938)**. Rio de Janeiro.
- ARRUDA, Luiz Gustavo. **Apontamentos sobre mandonismo, coronelismo e clientelismo: continuando o debate conceitual**. Natal: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, p.1-18.
- AXT, G. **Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder**. In: GOLIN, T; BOEIRA, N. (Org.). República Velha (1889 – 1930). Passo Fundo: Méritos, 2007, v3. Cap.III, p. 89 – 128.
- CARVALHO, J. M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. DADOS, RIO DE JANEIRO, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997.
- CORONEL Pedro Osorio. **A Federação**. Porto Alegre, 21 dez. 1895.
- FÉLIX, L. O. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. 2ed.
- IHGRGS. **Inventário do Arquivo Borges de Medeiros**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. Acessado em 04 ago. 2021. Disponível em: https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario_bm/062_Pelotas.htm
- LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- O QUE o Rio Grande do Sul é de Fato. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 4 abril. 1912.